

Do Agrupamento de Escolas de Vila Boim ao Agrupamento n.º 3 de Elvas

José Inácio Ramalho

Agrupamento de Escolas N.º 3 de Elvas

Durante a década de 90, desenvolveu-se em Portugal um movimento de agregação de pequenas unidades escolares, iniciando-se nessa altura o processo de constituição dos agrupamentos escolares. Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação apostava no ensino básico e no aumento da pré-escolarização, para combater os grandes flagelos que assolavam o ensino em Portugal: o insucesso e o abandono escolar. Foi também o período de proliferação das escolas básicas integradas, escolas que tinham como principal função aproximar a “escolarização” de territórios marginalizados ou com tecidos socioeconómicos muito débeis e que sustentavam largas franjas de insucesso e de abandono.

Muitas das zonas rurais do interior do país, Alentejo incluído, assentavam na perfeição nos pressupostos que levaram à criação dos agrupamentos escolares sedeados em Escolas Básicas Integradas de pequena dimensão e rodeadas por mais três ou quatro Escolas Básicas do primeiro ciclo e do pré-escolar. Apesar da reduzida dimensão destas unidades orgânicas, a missão que se lhes afigurava era muito maior e de complexidade bem mais elevada.

O Agrupamento de Escolas de Vila Boim criado em 1999, conjuntamente com a escola Básica Integrada, vinha, na parte que lhe competia, dar resposta às debilidades educativas que abrangiam uma parte do território do concelho de Elvas, em que se

verificavam algumas assimetrias no plano da educação. As taxas de insucesso e de abandono escolar acentuavam-se na transição entre os dois últimos ciclos do ensino básico, e acabavam por condicionar, para muitos alunos, a conclusão do ensino secundário. Esta realidade tornava-se ainda mais acentuada nos territórios mais distantes dos centros de decisão, nomeadamente as freguesias rurais e algumas zonas periféricas da cidade.

A primeira parte do desafio que se afigurava seria a concretização do Agrupamento, enquanto entidade administrativa e pedagógica, que permitisse a base de sustentação para um projeto educativo capaz de inverter as tendências que se verificavam na altura. As distâncias físicas entre os estabelecimentos que constituíam o Agrupamento de Vila Boim associadas a alguns hábitos de trabalho menos colaborativos consolidados por décadas de isolamento eram fatores que contribuía determinadamente para engrandecer o desafio inicial.

Ultrapassada a primeira fase do processo teria que se partir para a construção de projetos educativos, que, sendo enquadrados pelas condicionantes territoriais, sociais e económicas, conseguisse garantir a todos os alunos condições para a conclusão de ciclos de estudos consoante as capacidades de cada um. Se por um lado existiam fortes constrangimentos, atendendo às condicionantes enunciadas, por outro lado,

a reduzida dimensão da unidade pedagógica e a proximidade das estruturas diretas facilitavam o conhecimento seguro dessa realidade, e por conseguinte trariam menos entropia a todos os processos que viessem a decorrer durante esta fase.

Depois de mais de uma década do início do processo seria importante fazer uma análise cuidada acerca dos resultados do investimento que foi feito durante o período de tempo em causa. Não existindo essa análise de pormenor sobre cada realidade, seria importante, ainda assim um breve olhar para alguns dados generalistas postados nalguns relatórios que, miraculosamente têm passado quase despercebidos de toda a opinião pública. A incipiente avaliação efetuada nas várias unidades escolares pouco ou nada contribui para esclarecer a importância e o papel que estas medidas tiveram na diminuição dos níveis de insucesso, na redução do abandono e no aumento das taxas de conclusão do ensino básico e, por conseguinte, no aumento do número de alunos que passaram, pelo menos, a frequentar o ensino secundário.

Nos últimos anos, ao abrigo de correntes marcadamente economicistas, os processos de organização da escola têm-se pautado por uma inversão em todo o modo de agregação de escolas, das realidades de pequenas ou média dimensão passou-se agora para unidades administrativas e pedagógicas de dimensão bem superior, onde se torna cada vez mais difícil uma atuação com base em vários princípios primordiais que permitissem continuar a melhoria dos resultados que vinham a ser alcançados, como por exemplo: a proximidade; o conhecimento em pormenor da realidade; o diálogo etc.. Princípios esses que, até prova em contrário, foram uma mais-valia para a educação durante o início do século XXI.

O processo de agregação que o Ministério afirma estar concluído (veremos se é mesmo o fim), é um bom exemplo da forma arrogante que administração central tem para implementar medidas que, apenas com base em números, e com reduzida preocupação pedagógica, afetarão a vida de milhares de cidadãos. Este novo modelo de agregações deixa de lado todos os princípios básicos enunciados nas teorias da lideranças como fundamentais para o sucesso da mudança. Cite-se, a título de exemplo: o respeito pelas partes; o diálogo; a participação; o envolvimento, a partilha da decisão. Baseia-se simplesmente na premissa: “nós decidimos, vocês resolvam-se”!

O alargamento do agrupamento à Escola Secundária D. Sancho II, merecia, da parte da administração, outra atenção, por se tratar da agregação de uma escola de grande referência, não só para a cidade de Elvas, mas para toda a região envolvente e também porque a nova realidade passa a integrar contextos educativos, sociais e económicos muito diferenciados que podem vir a ter graves retrocessos em termos de educação se não forem tidas em linha de conta as novas condicionantes.

O agora designado Agrupamento n° 3 de Elvas, o único agrupamento do concelho de Elvas que englobará no seu projeto educativo oferta desde o ensino pré-escolar até à conclusão do ensino secundário, enfrentará, nos próximos anos, novas dificuldades que serão tanto mais facilmente ultrapassadas, quanto maior for a capacidade de todos os que vierem a fazer parte desta nova realidade de inverterem, através de ações muito concretas, dinâmicas e absolutamente enquadradas neste novo contexto, as mensagens que, pelo menos nesta fase inicial, têm sido transmitidas pelas estruturas centrais e regionais do Ministério da Educação.